

A interferência da cobertura jornalística na sensação de segurança e a construção identitária da Polícia Militar de JF: uma análise dos efeitos da criminalidade no município

Marise Baesso Tristão*
Fernanda Nalon Sanglard**
Janaína de Oliveira Nunes***

RESUMO

A questão da segurança é uma das principais necessidades do ser humano. Em uma sociedade em que a violência se transformou em um dos maiores problemas vivenciados e em tema frequente nos veículos de comunicação, a segurança pública passa a ser uma preocupação constante. A partir desses fatores, as ações policiais também passam a receber mais destaque na imprensa. A Polícia Militar, em especial, por agir de forma mais próxima da população, devido ao caráter preventivo, tem referências diárias na mídia. Este artigo busca demonstrar como a sensação de segurança da população e a identidade da Polícia Militar sofrem interferência dos meios de comunicação e analisa os impactos das reportagens jornalísticas nas ações policiais juizforanas.

Palavras-chave: Mídia. Sensação de segurança. Identidade. Polícia Militar.

*

**

ABSTRACT

The safety question is one of the main necessities of the human. In a society which the violence was transformed into one of the biggest problems and transformed into frequent themes on the media, the public safety becomes a constant preoccupation. From these questions, the police actions have gotten more projection in the press. In special, the Military Police have daily references in the media, because of its preventive feature. The aim of this article is to prove how the people safety sensation and the Military Police identity are influenced by the media. The purpose of this is to analyze the impacts of the journalistic reports on the police actions in Juiz de Fora.

Keywords: Media. Safety sensation. Identity. Military Police.

1 INTRODUÇÃO

A criminalidade ganha cada vez mais espaço nos veículos jornalísticos e no cotidiano da sociedade. Apesar de sempre ter sido um dos assuntos de maior destaque nos meios de comunicação, atualmente tem ganhado proporções ainda maiores. Seja por meio de situações violentas vividas ou mediadas, a experimentação do contato com o crime se tornou assunto corriqueiro entre os cidadãos, e diário nos jornais.

A violência se transformou em um dos maiores problemas vivenciados hoje, principalmente nos grandes centros. Tanto em situações pessoais (assassinato por motivos passionais, por exemplo), quanto em problemas mais abrangentes (crimes contra o patrimônio, rebeliões ou atos de vandalismo em massa), a criminalidade passou a representar uma grande preocupação contemporânea e transformou a segurança em um dos principais temas relacionados às políticas públicas e ao cotidiano dos cidadãos brasileiros.

No município mineiro de Juiz de Fora, a situação não é diferente. Apesar de estar enquadrada como de porte médio, a cidade apresenta problemas semelhantes aos dos grandes centros urbanos, mesmo que em proporções menores, e a temática da violência e da segurança também ocupa espaço diário nos jornais e na rotina dos habitantes.

Assim como a violência, a criminalidade e a questão da segurança pública passaram a ganhar mais destaque na imprensa e na vida social, as ações policiais também receberam mais notoriedade. Em atitudes louváveis ou recrimináveis, diariamente os veículos de comunicação fazem referência à polícia. Além de serem uma importante fonte de informação, as corporações policiais têm papel fundamental na divulgação de fatos que envolvam o crime ou a segurança pública. Desta forma, torna-se válido buscar compreender a relação entre polícia e imprensa, já que a imagem da força policial está diretamente relacionada com o que a imprensa divulga sobre as corporações, o que colabora com a maneira como o crime e as questões de segurança são percebidos pela sociedade.

Ao refletir sobre esses fatores, torna-se importante pensar as construções identitárias formuladas a partir das repercussões sociais das coberturas jornalísticas e a forma como a imagem organizacional da polícia é trabalhada em conjunto com os fatos noticiados. O artigo aborda essa temática e tem o intuito de analisar os discursos identitários da Polícia Militar (PM) em Juiz de Fora, Minas Gerais, e a influência da imprensa local nesse processo.

Como recorte metodológico, algumas reportagens veiculadas nos jornais locais **Tribuna de Minas** e **JF Hoje**, no segundo semestre de 2009, foram escolhidas como objeto de estudo. Também foram feitas entrevistas com policiais militares e assessores de imprensa dessa corporação. A justificativa pela escolha da PM se deve ao fato de ser a força policial mais próxima da população e citada nas reportagens sobre criminalidade, violência e segurança pública, devido ao caráter preventivo de suas ações, diferente da Polícia Civil, que tem como principal característica a investigação, e da Polícia Federal, que age em operações de maior abrangência e mais específicas, não estando diretamente ligada ao cotidiano da violência na cidade.

2 A QUESTÃO DA SEGURANÇA

A segurança é uma das questões prioritárias para o ser humano. De acordo com o psicólogo americano Abraham Harold Maslow (1943), ela aparece como segunda necessidade do homem, ficando atrás apenas das fisiológicas. Maslow se refere a vários tipos de necessidade de segurança, seja contra o perigo, a ameaça ou a privação. Tércia Cruz (2008) também aborda os vários tipos de segurança que podem ser destacados como alimentar, do trabalho, doméstica, do trânsito, de informação, privada e pública. Neste artigo, vamos tratar da segurança pública e da forma como, a partir da midiaticização, o tema foi transformado em assunto de primeira grandeza nos veículos de comunicação.

O tema segurança pública tem estado em evidência através da divulgação pela mídia, que cotidianamente pauta os assuntos relacionados aos crimes e à violência que afetam a vida da população. A cobertura da mídia tem sido cada vez mais abrangente, com o acompanhamento no local dos fatos e divulgação muitas vezes simultânea às ações criminosas e às operações policiais. (CRUZ, 2008, p. 2).

Talvez pela projeção que vem ganhando na mídia e pelos números preocupantes da criminalidade, dados estatísticos mostram que a segurança pública é um dos problemas que mais aflige a população do país. A preocupação se justifica, já que o Mapa da Violência dos Municípios Brasileiros 2008, realizado pelo Instituto Ritla (Rede de Informação Tecnológica Latino Americana), aponta

que o número de homicídios no país, entre 1996 e 2006, teve um acréscimo de 20%. No entanto, a população, no mesmo período, cresceu 16,3%. (INSTITUTO RITLA, 2008).

Não são muitos os setores da vida pública, como o da segurança, que mantêm uma relação tão tensa, mas curiosamente marcada por laços intensos de dependência mútua com a imprensa. Para operadores e alguns estudiosos do tema, a mídia é parte do problema da criminalidade e violência no nosso país. (BEATO apud RAMOS; PAIVA, 2007, p. 33).

É fato que a violência e a criminalidade sempre estiveram presentes nas sociedades. Outros tipos de violência foram praticados, por exemplo, por piratas nos séculos XVII e XVIII, além das máfias e outras organizações criminosas que sempre existiram. Fora isso, as guerras eram frequentes na sociedade pré-industrial. “Poucos grupos da população podiam sentir-se seguros por longos períodos da violência ou da ameaça de violência por parte de exércitos invasores, bandoleiros, senhores da guerra locais, salteadores, ladrões ou piratas”. (CRUZ, 2008, p. 4).

No entanto, apesar de tudo isso, hoje a sensação de insegurança é muito maior nas sociedades. O risco de ataques ou assaltos aflige toda a população, independente se a pessoa está em um período mais ou menos violento se comparado aos séculos anteriores.

A sociedade contemporânea é mais segura se comparada com a história de violência do passado, porém a sensação de insegurança registra um apelo e demanda social por segurança de forma incessante, pois a insegurança vivenciada atualmente possui características muito mais dinâmicas, globalizadas e muitas vezes alicerçadas em aparatos tecnológicos, tornando as pessoas vítimas do desconhecido, do novo, daquilo que não dispõe de meios para se proteger. (CRUZ, 2008, p.5).

Algumas explicações são dadas por cientistas e especialistas da área para a questão da maior sensação de insegurança no mundo contemporâneo. Entre elas, aparece a mídia, com seu poder de estar presente em vários lugares, mesmo se distante de onde o fato aconteceu. O poder midiático foi citado pelo cientista francês Jean-Claude Chesnais (1996), especialista em violência

urbana, para lembrar questões que originaram a situação da violência urbana do Brasil. Além da mídia, ele também ressaltou os fatores socioeconômicos (pobreza, desigualdade), institucionais (insuficiência do Estado, crise do modelo familiar, recuo do poder da Igreja), demográficos e referentes à globalização, com a contestação da noção de fronteiras e o crime organizado.

A mídia tem desempenhado um papel cada vez mais importante no debate público sobre a violência, influenciando a opinião da sociedade e também as políticas de Estado e o comportamento das forças policiais. A violência não seria notícia se ela não existisse de fato. No entanto, ela passou a ser vista e sentida apenas a partir do que é divulgado nos veículos de comunicação, deixando transparecer a ideia de que os fatos não noticiados pela imprensa não teriam ocorrido.

A questão da sensação de segurança é tão séria que a 4ª Região de Polícia Militar (4ªRPM), cuja sede fica em Juiz de Fora, Minas Gerais, passou a adotar novas medidas de ação para mostrar à população que está sempre alerta. Entre elas, está a circulação das viaturas sempre com o giroflex (luz vermelha e giratória) ligado. Antes, isso só acontecia durante operações ou casos necessários, como a procura por suspeitos, por exemplo. Em entrevista ao jornal **Tribuna de Minas**, logo depois de assumir o comando da 4ª Região da Polícia Militar, com sede em Juiz de Fora, em fevereiro de 2009, o coronel Anselmo Fernandes da Silva, ressaltou: “Acho que a população está sentindo é o medo da violência e não a violência de fato. Juiz de Fora tem uma situação privilegiada. Antes dormíamos de porta aberta, agora não podemos mais fazer isso” (AUTOR, ano, p.?).

3 A COBERTURA DO CRIME PELOS JORNAIS

Apesar do instinto intolerante e violento que cresce na sociedade, principalmente entre as classes média e média alta, cujos integrantes se manifestam por meio de enquetes e cartas aos meios de comunicação, exigindo cada vez mais ações contra os criminosos e criticando os direitos humanos, a cobertura jornalística raramente reflete opiniões e juízos de valor contra suspeitos. Pelo contrário, a cobertura policial tornou-se mais séria e menos sensacionalista na maioria dos jornais, buscando refletir a dimensão dos acontecimentos violentos na sociedade.

A primeira mudança que chama a atenção dos que analisam a cobertura de violência e criminalidade é a diminuição do uso, pela maioria dos jornais e mesmo emissoras de TV, de recursos sensacionalistas e noções apelativas. Os principais jornais deixaram de utilizar fotos explícitas, e mesmo os mais populares evitam recomendar que a polícia elimine criminosos ou desrespeite direitos para combater o crime. [...] Uma alteração significativa foi o ingresso nas páginas dos jornais, especialmente a partir da segunda metade dos anos 1990, de pautas sobre segurança pública. A escalada das estatísticas de homicídios, o aumento do número de vítimas entre as classes média e alta e a chegada de especialistas a cargos de gestão em secretarias de segurança fizeram com que a imprensa passasse a incorporar esta temática. (RAMOS; PAIVA, 2007, p.15-17).

No entanto, o próprio modo de enquadrar determinados assuntos acaba interferindo na maneira como a sociedade vai refletir sobre eles. A maioria das reportagens e notícias não contextualiza o que levou ao crime, restringindo-se à cena do crime, o que colabora para aumentar a imagem de insegurança, já que as pessoas têm apenas a visão da violência pura e simples, sem saber o que pode estar por trás daquilo, quem é o autor, sua história de vida. Quem lê sobre violência ou assiste a ela pelos meios de comunicação pode pensar que tem chance de ser a próxima vítima de um crime semelhante. E, pior do que isso, há uma tendência em se divulgar eventos dramáticos, como observa Rolim:

[...] o primeiro problema a ser destacado quanto à maneira pela qual a mídia retrata o crime, notadamente o crime violento, diz respeito à tendência de divulgar eventos dramáticos a partir de um “tensionamento” de sua singularidade com as dimensões do particular e do universal. Dito de outra forma: o que é apresentado como “fato” – um assassinato, por exemplo – parece desejar “emancipar-se” de suas circunstâncias e já é mostrado, invariavelmente, sem que se permita qualquer referência às condições que poderiam ser identificadas como precursoras da própria violência. Quando essa forma de noticiar o crime se torna a regra – o que, infelizmente, é o caso -, passa a ser improvável que os fenômenos contemporâneos da violência sejam percebidos pelo público em sua complexidade. (ROLIM, 2006, p. 190).

Antes de serem divulgados, os acontecimentos são avaliados com alguns critérios jornalísticos por cada equipe editorial do veículo, o que vai depender do público ouvinte, telespectador ou leitor a que se destina, ou seja, do valor que o fato terá como notícia.

As notícias interessantes são as que procuram narrar um acontecimento com base na perspectiva do interesse humano, das curiosidades que atraem a atenção e do insólito. É esse critério de relevância, notícia interessante com potencialidade de entretenimento, que se coloca em contradição com o critério da importância própria dos acontecimentos. Para resolver essa contradição, é possível trocar um valor-notícia por outro: a capacidade de entreter situa-se em uma posição elevada na lista dos valores-notícia, quer como um fim em si mesma, quer como instrumento para concretizar outros ideais jornalísticos. A questão pode ser resolvida com a associação desses dois valores-notícia: para informar o público é necessário produzir um jornal que desperte seu interesse, não havendo utilidade em fazer um tipo de jornalismo aprofundado se os leitores não se sentem atraídos. (GOLDING; ELLIOTT, 1979, p.114 apud AGUIAR; BARONI, 2009, p. 3).

Ao tocar na questão da atração da notícia, os autores analisam o jornalismo tido como sensacional e feito por jornais que dependem exclusivamente da venda em banca para se manter, como os cariocas Extra e O Dia. Mas se antes o jornalismo feito por veículos impressos mais populares era completamente apelativo, hoje aparece, muitas vezes, apenas nas chamadas de capa, com mais cores e letras maiores, já que a cobertura investigativa é mais complexa, principalmente no que diz respeito à questão da violência, tema de análise deste artigo.

A cobertura da criminalidade possui peculiaridades que colocam jornalistas e proprietários de veículos de comunicação dentro de uma infundável discussão ética. O sensacionalismo, tão presente nas matérias que tratam o assunto, tem relação direta com as políticas editoriais de cada jornal e com o objetivo de ampliar a vendagem. A escolha do título de uma reportagem, das fotos que serão usadas, da publicação ou não do nome do suspeito, ou do que será a manchete da edição, é feita a partir da linha editorial adotada, mas também é carregada de subjetividade e de critérios impostos socialmente. É o caráter subjetivo da edição que, muitas vezes, dá menor ou maior espaço e importância para uma notícia sobre determinado crime e que influencia qual será a repercussão dessa notícia.

É possível perceber que as narrativas jornalísticas sensacionais, enquanto uma ordem do discurso, estão arraigadas no próprio modo de produção moderna da notícia, tal como a consumimos hoje. Mas, também é aceitável compreender que, como o jornal deve utilizar recursos gráficos e estilísticos para se tornar um

produto vendável, o que vai diferenciar a imprensa de referência – denominada “séria” – da imprensa sensacional é somente o grau de utilização dessas narrativas sensacionais. (AGUIAR; BARONI, 2009, p. 2).

A abordagem que deve ser dada à criminalidade não é algo objetivo e de fácil resolução. Apesar de haver políticas editoriais, normas e procedimentos a serem seguidos, geralmente, cada novo tema que envolve violência ou atos ilícitos é discutido de forma única para que as características da cobertura fiquem bem delimitadas. Alguns jornais têm como critério não divulgar nomes de suspeitos de cometerem um crime, antes de serem julgados e condenados. Entretanto, quando ocorre algo extremamente chocante, esses mesmos veículos se veem obrigados a repensar suas políticas e, em alguns casos, decidem revelar nomes de suspeitos.

Por isso, determinar como cobrir guerras, homicídios, questões relacionadas ao tráfico, assim como falhas policiais ou judiciárias jamais foi uma questão simples. Mas qual é a lógica para definir aquilo que vai ou não ser publicado nos jornais? A resposta pronta para essa pergunta seria a de atender ao interesse do público. Mas, em alguns momentos, fica nítido que existem outros motivos considerados mais “relevantes”, como a conquista de novos e a manutenção de antigos leitores ou espectadores, do que propriamente defender interesses. Isso sem contar os fatores que dizem respeito ao jornal como empresa e àquelas razões clássicas do jornalismo, como proximidade do fato, interesse para o maior número de pessoas, fait divers (fatos excepcionais e curiosos), entre outros. Nos jornais menos populares, geralmente destinados às classes mais altas da sociedade, o leitor é visto como um indivíduo que se preocupa com a violência que pode atingi-lo. Portanto, nesse tipo de periódico, esses temas ganham mais espaço que os assuntos bizarros e as tragédias humanas.

4 SENSÇÃO DE SEGURANÇA E NEGOCIAÇÕES IDENTITÁRIAS

A percepção do crime pela sociedade é influenciada pela forma como a mídia aborda o assunto. De acordo com Garland (1990, p. 20 apud CARVALHO JÚNIOR, 2009, p.22), “[...] não é o crime ou mesmo a criminologia que mais afetam as decisões políticas, mas o modo como o ‘problema crime’ é

oficialmente percebido e as escolhas políticas que emanam de tais percepções". Mais importante que o crime é a percepção que se tem dele.

Se a polícia tem como algumas funções combater a violência e garantir a segurança, ou melhor, a sensação de segurança na sociedade, é preciso que as ações executadas por ela estejam entrosadas com o discurso sobre a criminalidade e a segurança pública. "Além de ser uma questão ideológica e também de interesses políticos em jogo neste processo de percepção, a questão da identidade é aqui primordial, já que ela tem na comunicação, no discurso e na narrativa sua matéria-prima". (BAESSO; SANGLARD, 2009, p. 3). O processo de construção de identidades é também um processo discursivo, dentro dos propósitos que se abrem em sua própria contemporaneidade. (HALL, 2000, p. 17-18).

Uma identidade é construída quando dado sistema de representação proporciona forte identificação por parte dos que o reconhecem, aceitam e adotam. Woodward (2000) denomina identificação ao fato de nos ajustarmos ou nos conformarmos a imagens, pessoas e personagens, por exemplo, seja pela ausência de uma "consciência da diferença ou da separação", seja por uma admissível (e suposta) "similaridade". Por outras palavras, processos de identificação podem ser definidos como mecanismos psicológicos e psicossociais por meio dos quais um ou mais indivíduos moldam sua conduta e tomam atitudes, no intuito de se parecer (e deixar confundir) a um "outro" ou a "outros". (TRINTA, 2007, p.153).

Assim como a realidade é construída socialmente, as identidades também são produtos sociais, estão relacionadas com a noção de tempo e espaço e podem ser consideradas mutáveis. Os meios de comunicação, por sua vez, contribuem de forma decisiva para a construção social da realidade. "Os media modernos são elementos centralmente constituintes das formas atuais de organização social e de configuração cultural, caracteristicamente urbanas, e dos fluxos globalizadores que as atravessam." (COSTA, 2002, p.19).

Para compreender melhor as identidades individuais e coletivas, é imprescindível discutir as disputas de poder por trás dos discursos e como os veículos de comunicação incentivam a construção e o reforço de identidades. Também se torna importante refletir sobre como a produção da notícia afeta a identidade da instituição policial, em especial a da Polícia Militar (PM), que é o foco deste trabalho.

5 IDENTIDADE POLICIAL MILITAR

O livro **O espírito militar** (CASTRO, 1990) mostra como o mundo é visto de maneira diferente por militares e civis. De acordo com o autor, a partir de entrevistas com militares, torna-se perceptível que a imagem que têm de si mesmos é de “[...] seriedade, profissionalismo, competência, verdadeira liberdade, linguajar correto, ordem e disciplina [...]”; já os civis são interpretados como dotados das seguintes características: “[...] falta de seriedade, profissionalismo e competência, falsa liberdade, gírias e palavrões, desordem e displicência”. (CASTRO, 1990, p. 41). Este estudo demonstra que há uma tendência, não só dos militares, mas também da sociedade, em atribuir características específicas e morais aos militares que os diferenciam das outras pessoas. Contudo, atualmente, as corporações militares têm deixado transparecer o desejo de se aproximar mais da população e transformar esses diferenciais em elementos menos marcantes. O coronel da PM e presidente do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, que foi comandante da PMMG, Augusto Severo, deixa isso claro no artigo publicado no livro *Mídia e Violência*.

Para compreender o relacionamento da Polícia Militar com a imprensa, é preciso conhecer um pouco a cultura de uma força policial militar. Trata-se de uma instituição na qual, até o ano de 1998, era transgressão disciplinar falar outra língua no interior do quartel. Cabos e soldados só foram considerados cidadãos brasileiros a partir de 1988; até então, não podiam votar. É um passado extremamente recente, que até hoje impõe severas restrições culturais à Polícia. Ao longo dos anos, nós nos acostumamos a gerenciar a imprensa de três maneiras. Primeiro, obstruindo a ação do jornalista, tentando impedi-lo de ver e relatar o que fazíamos. Segundo, permitindo a atuação da imprensa, mas apresentando uma realidade maquiada: inventávamos as famosas histórias de cobertura e mostrávamos uma realidade que não existia. Por último, ignorávamos a imprensa e evitávamos o diálogo. Hoje, para ser eficaz, a polícia tem que atuar de forma legal, dentro das normas do estado de direito, e ainda conquistar legitimidade. Legitimidade é dada pela opinião pública, e quem nos ajuda a formatar a opinião pública é a imprensa. Por isso, é importante que sejamos capazes de estabelecer relações de compreensão entre repórteres e editores e policiais. (RAMOS; PAIVA, 2007, p. 47).

A Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG) foi criada em 1775 e, em

2009, completou 234 anos. Na solenidade de aniversário desse ano, realizada em 9 de junho, em Belo Horizonte, o discurso das autoridades presentes e o texto elaborado em virtude da comemoração demonstraram a tentativa de transmitir o ideal de uma identidade consolidada e positiva. O comandante geral da corporação, coronel Renato Vieira de Souza, ressaltou as qualidades da PM, como instituição “[...] forte, consolidada e com estratégias contundentes, visando a diminuir os crimes em Minas” e que a sensação de segurança no estado precisa ser maior. No dia seguinte, na solenidade realizada em Juiz de Fora para marcar a comemoração, o comandante da 4ª Região de Polícia Militar (4ª RPM), coronel Anselmo Fernandes da Silva, discursou na mesma linha que o chefe da corporação. “O desafio da Polícia Militar de Minas Gerais é garantir a paz social, reduzindo o crime e o medo do crime”. (PMMG, 2009).

Hoje, a organização assume uma nova face: mais participativa, interativa, integradora e mediadora de conflitos sociais. O tempo trouxe novo entendimento a respeito da Polícia Ostensiva, fazendo com que a busca da excelência operacional constitua uma das preocupações dos comandantes de Polícia Militar. Conscientes do importante papel social da Corporação, esses profissionais de segurança pública – a exemplo dos comandantes ou chefes de muitas instituições policiais do mundo – implementaram a Polícia Comunitária, que contempla atitudes de parceria, cooperação e interação com lideranças comunitárias. (PMMG, 2009).

O site da PMMG tem sido usado como um forte elemento de fixação da imagem institucional e contribuído para a divulgação de informações sobre a corporação. Conforme a instituição, a história da PM se confunde com a do estado, “que cresceu de forma articulada e organizada”. Atualmente, a corporação afirma que trabalha para “[...] preservar a ordem pública, proteger e socorrer pessoas e preservar o meio ambiente e o patrimônio artístico cultural” e se considera uma das melhores forças de segurança pública do país. (PMMG, 2009).

Na análise do relacionamento atual da PM de Minas com seus públicos, é notável que há uma tentativa de afirmação de discursos de modernidade, organização e seriedade, como é perceptível nas citações acima e na postura adotada pela corporação. Se antes a instituição policial militar era considerada fechada, cada vez mais há a tentativa de parecer ser diferente.

[...] surgiram os Conselhos Comunitários de Segurança Pública

– Consep, figurando-se uma das formas mais eficazes de provimento da segurança pública, porque aproxima o policial das pessoas, identifica os anseios comunitários, discute e busca soluções conjuntas. Esse interrelacionamento PM e comunidade, já existente ao longo da história da Corporação, ganhou roupagem doutrinária e passou a ser discutido sobre sólida base. Desse modo, convencida de que a solidariedade constitui seu ideário básico, a Polícia Comunitária tem sido representada, pela idéia: Polícia Militar + comunidade = solidárias na segurança. (PMMG, 2009).

A PMMG também tem buscado ser mais aberta e amistosa em relação à imprensa, já que os veículos de comunicação tornam-se aliados quando o objetivo da corporação é transmitir uma imagem benéfica da instituição. Além disso, a mídia é a principal fonte de informação no mundo contemporâneo e dificilmente algum acontecimento envolvendo a polícia deixa de ser noticiado, mesmo que em veículos alternativos.

Entretanto, o relacionamento imprensa x polícia é sempre delicado, já que existe uma grande troca de interesses em jogo. A imprensa, por um lado, tem na polícia uma importante fonte de informação e precisa dela para ter acesso a inúmeros dados. Já a polícia precisa dos meios de comunicação para divulgar suas ações e reforçar uma imagem de eficiência e comprometimento. Entretanto, se as organizações policiais deixam de passar alguma informação importante ou dificultam o acesso a ela, ou se a imprensa revela fatos vexatórios ou recrimináveis em relação à força policial, o elo que as une se estremece. De acordo com Cláudio Beato, em depoimento publicado no livro **Mídia e violência**, os veículos jornalísticos também são usados constantemente para levantar o ego de policiais ou como forma de disputa interna na corporação.

Não são poucos os profissionais de segurança que terminaram por conseguir sólidas posições na política nacional devido à superexposição de seus cargos. A visibilidade é alcançada dizendo-se justamente aquilo que muitos diretores de redação querem ouvir para organizar suas edições. Além da autopromoção, a imprensa frequentemente é utilizada para a manipulação de conflitos corporativos. (RAMOS; PAIVA, 2007, p. 35).

Outro fator que precisa ser levado em conta é o reconhecimento de que os veículos de comunicação são fundamentais para construção da realidade social. As reportagens jornalísticas, por sua vez, podem ser consideradas discursos

acerca dos assuntos abordados e são capazes de interferir nas construções identitárias das comunidades e, em conseqüência, nas identidades policiais.

6 A PMMG DE JUIZ DE FORA

A mais antiga corporação policial de Minas Gerais existe em todos os 853 municípios mineiros e tem cerca de 43 mil policiais presentes em todo o estado. Juiz de Fora é a cidade sede da 4ª Região da Polícia Militar (4ªRPM), composta por dezenas de cidades da Zona da Mata. O mais antigo batalhão com sede local é o 2º Batalhão da PM, que completou 119 anos no dia 13 de agosto de 2009. A cidade tem ainda um batalhão mais recente, o 27º Batalhão da PM, criado em 1995.

Uma característica marcante das comemorações policiais na cidade é o fato de a PM sempre realizar ações e cerimônias que possam ser noticiadas e que sejam, de alguma forma, acompanhadas pela população, também com o intuito de reforçar a imagem da organização e fazer transparecer que possui uma identidade unificada. No dia do aniversário dos 119 anos do 2º BPM, ao invés de fazer uma solenidade fechada em seu pátio, com autoridades militares e civis, como ocorria tradicionalmente, os homens da corporação foram para a rua e “comemoraram” com a realização de operações preventivas durante o dia inteiro. Aconteceram blitzes de trânsito, operações antidrogas, ações ambientais com apreensão de pássaros da fauna silvestre. Essas ações policiais contaram com monitoramento do helicóptero da PM de Belo Horizonte, que fez vigilância às possíveis rotas de fuga.

Megaoperação da Polícia Militar contra a criminalidade em Juiz de Fora, nomeada de “Manchester Mineira”, foi desencadeada, ontem, pela corporação. A ação abrangeu as regiões Leste, Noroeste e Centro da cidade. Foram cumpridos 10 mandados de busca e apreensão em diversos bairros, resultando, até o fechamento desta edição, na prisão de três pessoas e na apreensão de uma adolescente. [...] a ação também teve o objetivo de comemorar o aniversário do 2ºBPM, que completou 119 anos de criação, sendo que sua primeira sede foi inaugurada em Uberaba (MG), e 98 anos de instalação em Juiz de Fora. (POLÍCIA MILITAR..., 2009, p. 5).

As manobras aconteceram desde as primeiras horas do dia e seguiram até à noite na área central do município e em bairros de várias regiões. Cada ação, com a presença de mais de 80 homens em conjunto, impressionava a população, que assistia ao “espetáculo”, na maioria das vezes, com ares de aprovação. A justificativa não poderia ser outra, senão o de aumentar a sensação de segurança da população, como mencionou o sargento José Alfredo Gregório, na cobertura do jornal **Tribuna de Minas**: “Estamos fazendo esse trabalho para dar mais condições de vida aos moradores e mantendo o nível de tranquilidade”.

Uma operação policial em comemoração aos 119 anos do 2º Batalhão da Polícia Militar (PM) e aos 98 anos de sua instalação em Juiz de Fora, movimentou as regiões Leste, Nordeste, Sudeste e Central da cidade ontem. Desde as primeiras horas da manhã, cerca de 80 militares divididos em equipes cumpriram 16 mandados de busca e apreensão. A ação contou com o apoio de um helicóptero que veio de Belo Horizonte para auxiliar os trabalhos e vigiar possíveis rotas de fuga. A todo momento chegavam pessoas presas com drogas, armas ou munições na sede da 1ª Delegacia Regional de Polícia Civil. Os motoristas também foram alvo da manobra, que contou com blitzes em diversos pontos do município, como na Avenida Juiz de Fora, na entrada para o Bairro Granjas Bethânia, e na Avenida Brasil, no Centro. (80 PMs..., 2009, p. 3).

No site da corporação, um dos destaques para a PM de Juiz de Fora é o programa social “Cultura e Segurança”, realizado pelo 2º BPM. O projeto é desenvolvido por meio de visitas da banda de música nos estabelecimentos de ensino, onde os integrantes realizam um concerto e depois desenvolvem um trabalho educativo. De acordo com o site, o programa visa,

[...] a fixação de comportamento e o crescimento dos alunos como cidadãos, inseridos no contexto em que vivem (família, escola, comunidade). O objetivo é atuar preventivamente na segurança pública, com as seguintes prioridades: resgatar o civismo, despertando a consciência dos alunos para os valores sociais, imprescindíveis para uma convivência harmoniosa; prevenir o uso de drogas entre as crianças e adolescentes proporcionando um ambiente mais seguro; despertar na mente dos alunos a importância da participação de cada um em prol da paz social. (PMMG, 2009).

Em Juiz de Fora, fica claro que a PM esboça uma abertura institucional, como é mostrado no próprio site da corporação e por meio da criação de um departamento de imprensa (P-5), com assessores treinados para atendimento diário aos jornalistas, ou mesmo na implantação da polícia comunitária. Segundo o relações públicas da 4ª Região da Polícia Militar (RPM), major Edelson Gleik Veríssimo da Silva¹, a P-5 “[...] trabalha em várias frentes: relacionamento com a imprensa, relacionamento com o cidadão, atividade de cerimonial, comunicação interna, comunicação externa, atividade musical e comunicação visual.” O departamento teve início em 1974 na PMMG, em Belo Horizonte. Em 1989, criou-se definitivamente o setor nas unidades operacionais (batalhões).

Também é válido ressaltar que a preocupação crescente da Polícia Militar em promover abertura institucional carrega uma série de significados subjetivos que pretende melhorar a imagem institucional da corporação, o relacionamento com a imprensa e transmitir o discurso de corporação séria, eficiente e aberta a mudanças. Para manter a memória de suas conquistas e de sua história, ou da construção social dela, a PM em atuação em Juiz de Fora também recorre a instrumentos que estão cada vez mais presentes no cotidiano das instituições. As comemorações de aniversário de fundação, o contato frequente com a imprensa para solicitar a cobertura de eventos ou de atividades que promovam uma identidade positiva da corporação, e até mesmo a ideia de que é uma entidade organizada e que, apesar de ainda possuir imagem de fechada, é capaz de se abrir para revelar questões de relevância pública, são exemplos de como o reforço das identidades por meio da valorização da memória e da utilização das diversas mídias se faz presente.

7 UM CASO SOB ANÁLISE

A Polícia Militar não pode estar presente o dia todo, em todos os lugares. A segurança não se faz apenas com presença, mas com uma série de fatores e, principalmente, com políticas públicas de segurança e com a redução das desigualdades sociais. No entanto, no que diz respeito aos homicídios, uma das pontas mais visíveis da criminalidade, a repercussão jornalística tem sempre característica mais relevante, marcada pela revolta ou, às vezes, pela sensação de impunidade e pela avaliação da atuação policial. No entanto, nem sempre a sociedade espera o fim das investigações, e, muitas vezes, a cobrança por alguma

atitude que faça a sensação de segurança aumentar se torna desenfreada e, geralmente, ganha apoio dos veículos de comunicação.

Constantemente, a parcela da população mais próxima da vítima de um crime trágico vai a público e pede alguma ação das autoridades, mobiliza-se para que a sociedade participe e a mídia divulgue. Aliás, em muitos casos, a mobilização só ocorre para atrair os olhares da imprensa e para que o movimento ganhe mais notoriedade, já que, atualmente, grande parte da sociedade acredita que os órgãos públicos só vão se manifestar a favor de uma reivindicação quando ela ganha espaço nas coberturas jornalísticas, o que não deixa de ser verdade.

Assim ocorreu com o caso de um latrocínio (roubo seguido de morte) no dia 24 de julho de 2009 em Juiz de Fora, envolvendo um taxista. Segundo os jornais *Tribuna de Minas* e **JF Hoje**, que deram manchete para o crime no dia 25 de julho, Mauro Emílio Olímpio Moreira, 28 anos, foi encontrado morto, pela manhã, dentro do táxi em que trabalhava, no Bairro Vina Del Mar, na região Oeste do município, a poucos metros do trevo da BR-040. Ele teria sido vítima de latrocínio, depois de reagir à ação criminosa de um passageiro. Mauro estava no banco traseiro de um Fiat Siena e tinha R\$ 170 nas mãos, além de arranhões no pescoço, que indicavam sinais de luta corporal. Segundo a Polícia Militar, a morte teria sido provocada por enforcamento, porque a vítima estava com o pescoço fraturado. No mesmo dia, um jovem de 19 anos foi preso como suspeito. Segundo reportagem do **Tribuna de Minas** (TAXISTA..., 2009, p. 3), “[...] após a notícia da prisão, um grupo de taxistas passou em carreta pelas ruas centrais, fazendo buzinaço até a porta da 1ª Delegacia Regional de Polícia Civil. ‘Viemos aqui para garantir que ele não seja solto’, disse o proprietário do táxi no qual a vítima trabalhava”.

O caso revoltou os taxistas, que cobraram mais segurança para a categoria. Eles seguiram em carreta e pararam o tráfego da Avenida Rio Branco, a principal da cidade, pedindo justiça e fazendo orações pelo colega morto. Tudo foi acompanhado pelas rádios, emissoras de televisão e jornais locais. No sepultamento, no dia seguinte, mais cobertura da imprensa, com fotos e destaque.

Em matéria publicada no dia 28 de julho, ou seja, três dias depois da divulgação do crime, a Polícia Militar dava a resposta à sociedade, por meio da imprensa. O jornal **Tribuna de Minas** publicou o seguinte:

Como forma de reforçar a segurança e atender às reivindicações dos motoristas de táxi, a Polícia Militar pretende tornar mais frequente as operações de busca nos veículos em serviço. Denominadas "Para Pedro", essas blitzes devem ser intensificadas principalmente à noite e nas proximidades de casas noturnas, conforme informação do assessor de comunicação organizacional da 4ª Região da PM, major Sérgio Lara. Durante as abordagens, os militares vão conferir dados dos motoristas e dos demais ocupantes dos veículos, com objetivo de identificar possíveis assaltantes. O assessor da PM também orienta a categoria a procurar postos policiais quando notarem atitudes suspeitas dos passageiros e a não reagir em caso de assalto. (BLITZE..., 2009, p. 4)

E a movimentação da categoria continuou, no intuito de também procurar respostas junto à administração municipal. Segundo matéria do dia 5 de agosto, também no **Tribuna de Minas**, após reunião entre a categoria e a Secretaria de Transportes e Trânsito (Settra), ficou definido que os 400 táxis de Juiz de Fora devem passar a contar, em breve, com um novo dispositivo de segurança.

O objetivo é reduzir a incidência de assaltos, que voltaram a assustar a categoria, desde o latrocínio do motorista Mauro Emílio Olímpio Moreira, 28 anos, no dia 24 de julho. Uma vez acionado pelo motorista, o equipamento, avaliado em cerca de R\$ 30, emite um sinal luminoso. Em funcionamento, indica à Polícia Militar e à comunidade se o taxista está em situação de risco com passageiro suspeito. A instalação depende de avaliação dos resultados obtidos em Contagem, cidade onde o sistema já é utilizado. Caso seja comprovada a eficácia na prevenção de assaltos, a medida deve entrar em vigor através de decreto do Executivo. A solução apresentada ontem é de consenso entre associação e sindicato da categoria, Settra e Polícia Militar. Para reforçar o combate à criminalidade, a PM deve, ainda, reforçar as operações de blitzes em táxi, conhecidas por "Para Pedro", nos principais corredores de acesso e nos horários noturnos. (TAXISTA..., 2009, p. 4).

O caso do latrocínio do taxista demonstra como a imprensa reforça as mobilizações populares e colabora com a cobrança de implantação de melhorias e mudança das estratégias anteriormente adotadas, para que a população tenha sensação de estar mais protegida. O papel dos veículos de comunicação como mediador da relação entre poder público e sociedade é nítido no caso analisado. Outra característica relevante é a de que, quando atende às reivindicações populares noticiadas, tanto a polícia quanto os poderes executivo e legislativo

passam a ter valorização da imagem institucional e reforço de características positivas, o que é notável ao analisarmos os comentários de leitores publicados nos mesmos jornais após a divulgação das novas ações.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo objetivou demonstrar como a violência e a criminalidade se tornaram assuntos recorrentes nos veículos de comunicação e acabaram por incentivar uma maior preocupação da sociedade com a segurança pública. A partir da análise do caso do latrocínio de um taxista em Juiz de Fora, Minas Gerais, e da cobertura jornalística na mídia impressa local, o trabalho buscou revelar como a imprensa exerce influência sobre as ações policiais e políticas públicas propostas. Tendo como objeto de estudo a Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG) em atuação no município, o artigo também visou a demonstrar características da relação entre policiais e jornalistas e como as reportagens que fazem referência à PM contribuem com o processo de construção identitária da instituição.

A Polícia Militar não poderia deixar de agir para tentar aumentar a sensação de segurança da população após uma ocorrência com tanta repercussão, como o caso do taxista assassinado. A violência contra essa classe trabalhadora já havia sido assunto de reportagens nos principais jornais locais, mas as mobilizações sociais e o destaque que a cobertura do latrocínio recebeu serviram como forma de cobrança e contribuíram para que novas operações da PM fossem desencadeadas e o poder executivo passasse a dar mais atenção à questão. É nítido que, mais do que criar políticas de segurança eficientes e permanentes, muitas vezes, o que se percebe são ações imediatistas, voltadas para problemas pontuais e embasadas pelos fatos noticiados na mídia. Entretanto, mesmo a atitude paliativa, demonstra a capacidade de interferência dos veículos de comunicação na realidade social.

A pressão vinda da sociedade e reforçada pela imprensa exigem que a polícia, no caso analisado a PM de Juiz de Fora, trace suas ações e tente fixar perante a população uma identidade positiva e que não sofra abalos, a partir daquilo que é cobrado publicamente por uma sociedade cada vez mais

¹ Em entrevista fornecida às autoras para a elaboração deste artigo

midiatizada. Este artigo objetivou mostrar que a identidade institucional da PM passa por um processo de transição em Minas Gerais, em especial em Juiz de Fora, e que a imprensa interfere diretamente nessa mudança, e também no aumento ou diminuição da sensação de segurança por parte da população e na visão que ela tem da polícia.

Fica evidente que, mesmo se uma pessoa estiver distante da criminalidade, ela acaba vivenciando a violência demonstrada na mídia. Apesar de as organizações criminosas e a violência sempre terem existido, a somatização desse cenário com a falta de políticas públicas eficazes acaba por gerar uma preocupação a mais e tornar a questão da segurança um tema frequente. Assim, complexifica-se um fator que não é mero detalhe: os olhos da mídia.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Leonel; BARONI, Alice. O acontecimento e o sensacional no jornalismo. In: CONGRESSO DE COMUNICAÇÃO DA REGIÃO SUDESTE - INTERCOM SUDESTE, XIV., 2009, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: UFRJ, 2009. 1 CD-ROM.

BAESSO, Marise; SANGLARD, Fernanda Nalon. A mídia e a construção identitária da PM em Juiz de Fora. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO - INTERCOM, XXXIII., 2009, Curitiba. **Anais...** Curitiba: Universidade Positivo, 2009. 1 CD-ROM.

BLITZE em táxis serão intensificadas. **Tribuna de Minas**, Juiz de Fora, p.49, 28 jul. 2009.

CARVALHO JÚNIOR, Orlando Lira de. **Law and Order**: gênese de um experimento punitivo. 2009. 222 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Ciências Sociais, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2009.

CHESNAIS, Jean-Claude. **O aumento da violência criminal no Brasil**. Trad. Luiz Gonzaga de Freitas. *Força Policial*, São Paulo, n. 9, jan./mar, 1996.

COSTA, António Firmino da. Identidades culturais urbanas em época de globalização. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.17, n. 48, p.15-30, fev. 2002.

CRUZ, Tércia Maria Ferreira da. Mídia e segurança pública: a influência da mídia na percepção da violência. **Lumina**, Juiz de Fora, v. 2, n. 2, dez. 2008.

INSTITUTO RITLA. **Mapa da Violência nos Municípios Brasileiros 2008**. Disponível em: <http://www.ritla.net/index.php?option=com_content&task=view&id=2314&Itemid=147>. Acesso em: 10 jul. 2008.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro. 4. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

PMMG. **234 anos - PMMG, uma das mais bem preparadas forças do País.** Disponível em: <<http://www.policiamilitar.mg.gov.br>>. Acesso em: 6 jun. 2009.

POLÍCIA MILITAR faz megaoperação contra o tráfico. **JF Hoje**, Juiz de Fora, p. 5, 14 ago. 2009.

RAMOS, Sílvia; PAIVA, Anabela. **Mídia e violência: tendências na cobertura de criminalidade e segurança no Brasil.** Rio de Janeiro: Luperj, 2007.

ROLIM, Marcos. **A síndrome da rainha vermelha: policiamento e segurança pública no século XXI.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar / Oxford, Inglaterra: University of Oxford, Centre for Brazilian Studies, 2006.

TÁXIS podem ter dispositivo de segurança. **Tribuna de Minas**, Juiz de Fora, p. 4, 5 ago. 2009.

TAXISTA é assaltado e morto por enforcamento. **Tribuna de Minas**, Juiz de Fora, p. 3, 25 jul. 2009.

80 PMs fazem operação em toda a cidade. **Tribuna de Minas**, Juiz de Fora, p. 3, 14 ago. 2009, p.3.